

Privatização da Rodovia do Sol terá apoio do BNDES

Foto de Evaristo Borges

AJ14707



Mendonça de Barros anunciou, durante reunião no Palácio Anchieta, o apoio à exclusão da alíquota de 12% do IOF

O Governo do Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinaram ontem convênio para execução conjunta de ações. O protocolo, assinado pelo governador Vitor Buaiz e pelo presidente do BNDES, Luís Carlos Mendonça de Barros, estabelece formas de cooperação técnica entre as partes com vistas à implementação de procedimentos na identificação de projetos de interesse do Estado, análise de viabilidade de empreendimentos, formulação de esquemas financeiros adequados à sua concretização e coordenação das iniciativas federais com as de âmbito federal, prevendo parcerias entre os setores públicos e privados.

O BNDES prestará, pelo convênio, serviços de consultoria ao Estado na implementação do programa de reforma, especificamente nas questões de privatização, concessão de serviços e estruturação de companhias. Um das primeiras ações conjuntas deverá ser a privatização da Rodovia do Sol (ES-10), com o BNDES participando na elaboração do projeto. O BNDES deverá participar nas ações de atração de investimentos e nos projetos de reforma.

IOF

O presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luís Carlos Mendonça de Barros, vai defender no Conselho Monetário Nacional (CMN) a exclusão da alíquota de 12% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado sobre empréstimos para pessoas físicas. A solicitação da retirada do imposto foi feita pelo governador ontem, durante reunião no Palácio Anchieta com lideranças empresariais e sindicais e obteve o apoio do presidente da instituição, que se comprometeu a ser o porta-voz da sugestão do governador no CMN.

Vitor disse que fazia a reivindicação em nome dos milhares de trabalhadores do setor informal, ressaltando a necessidade de excluir exigência de cobrança do IOF nos empréstimos destinados à geração de emprego e renda, como já se fez para os que utilizam recursos do Fundo de Amparo ao Traba-

hador (FAT). Luís Carlos Mendonça de Barros considerou "absurda" a cobrança do IOF, destacando que o imposto é um instrumento de controle de insumo e não faz sentido a incidência para empréstimos a pessoas físicas.

O governador disse ser inaceitável preservar um ambiente econômico com as profundas desigualdades sociais e defendeu a implantação de uma economia onde modernização econômica e bem-estar social se completem. Ressaltou que os recursos disponíveis são limitados e precisam ser rigorosamente aplicados para levar os benefícios sociais àqueles que realmente precisam.

Regionalização

Luís Carlos Mendonça disse que o BNDES é hoje 40% maior que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird) e seu orçamento para 1996, acima de R\$ 13 bilhões, é do tamanho do Banco Mundial. Entretanto, reconheceu que é um banco desconhecido em várias regiões do país, exatamente por não ter uma preocupação regional.

Ele informou que há cerca de 15 dias foi criada uma superintendência para cuidar dessa questão, internalizando o desequilíbrio regional. Outra preocupação do BNDES, ressaltou seu presidente, é com a área do emprego. A questão do desemprego, afirmou, será tratada de forma estrutural e conjuntural.

Ele lembrou que a economia está sofrendo dois choques: o da inflação baixa e o da abertura de mercado, explicando que o banco tem que dar uma resposta ao problema do desemprego, financiando projetos que contribuam para a geração de empregos. Os projetos serão analisados sob o impacto da criação de empregos e da preocupação com a reciclagem da mão-de-obra.

O governador solicitou maior atenção do BNDES para uma linha de financiamento que venha a beneficiar os microempresários, que precisam de poucos recursos para melhorar seus pequenos negócios. Luís Carlos Mendonça considerou importante o pedido do governador e comprometeu-se a defender sua reivindicação no BNDES.

Bandes reduz custo do IOF

Para não encarecer o financiamento para a população dele necessitada o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) começa, a partir de hoje, a cobrar somente 50% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) devido. A norma do Conselho Monetário Nacional determina a cobrança de uma alíquota de 12% para empréstimos a pessoas físicas. Com a decisão do governador Vitor Buaiz de reduzir em 50%, os tomadores de financiamentos vão pagar 6% da taxa e o Bandes assumirá a outra metade.

O governador informou que a linha de crédito é específica para o setor informal criada pelo Bandes e cujo programa foi iniciado em meados do ano passado, atendeu a dezenas de cidadãos que nunca tinham obtido um financiamento em suas vidas e que precisam de pequenas importâncias para iniciar ou melhorar seus pequenos negócios.

Para este ano a meta é atingir 300 empréstimos de micro-crédito que darão condições para se fazer a melhoria de uma oficina, a aquisição de um fogão industrial.

Projetos turísticos têm R\$ 1 bilhão

O Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dispõe de recursos da ordem de R\$ 1 bilhão para financiar projetos no setor de turismo. Deste montante, R\$ 300 milhões já foram alocados nos primeiros dois meses do ano e o total de investimentos em cada Estado dependerá da demanda. O BNDES, que não atuava na área turística, passou a ter o setor como uma das prioridades das linhas de financiamento.

O presidente da instituição, Luís Carlos Mendonça de Barros, que se reuniu ontem à tarde no Palácio Anchieta com o governador Vitor Buaiz e integrantes da Câmara Estadual de Turismo, disse que não será por falta de recursos que deixará de haver financiamentos de projetos ligados ao turismo. Ele ressaltou que com a estabilização da economia o financiamento do turismo passou a ser uma das prioridades do banco.

As operações com valor acima de R\$ 5 milhões podem ser feitas diretamente entre o BNDES e o empresário. As operações com valores inferiores a R\$ 5 milhões precisam ser feitas pelos agentes financeiros, que no Espírito Santo

são o Bandes e o Banestes. O presidente do banco ressaltou que a instituição dispõe de recursos para o financiamento de projetos de turismo e também de infra-estrutura.

Na área turística, os recursos podem ser destinados à compra de terreno para a construção de hotéis, pousadas ou outros empreendimentos, aquisição de máquinas e equipamentos, estudos, consultorias e projetos de marketing. Os prazos para o pagamento do financiamento variam de oito a dez anos, com taxas de juros a longo prazo, que representam uma média de 17% ao ano, mais 3% de encargos, mais as taxas de risco.

Para investimentos em capacitação tecnológica, conservação do meio ambiente e projetos de agroturismo, a taxa dos encargos cai para 1,5%. A secretária executiva da Câmara Estadual de Turismo, Elizeth Siqueira, informou que o Bandes já está elaborando projeto para a captação de recursos junto ao BNDES, a ser investido no turismo ecológico na região da Serra do Caparaó. O governador Vitor Buaiz informou o Espírito Santo é um dos Estados que vai correr atrás dos recursos do BNDES.